

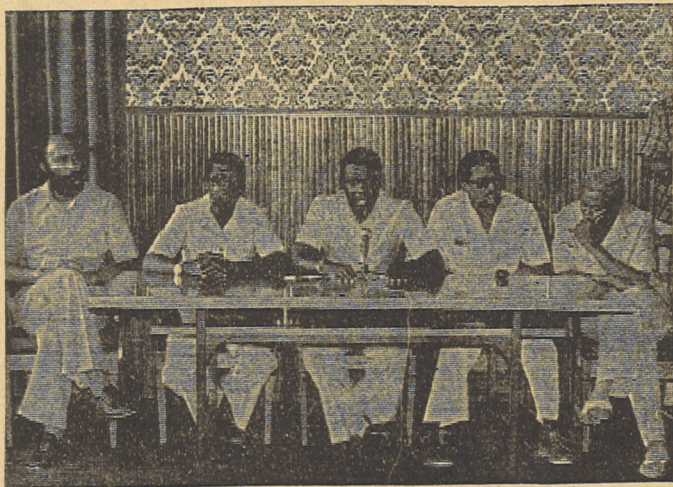
NÃO PINTCHA

ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3728 — BISSAU

Nino Vieira no dia da Justiça:

“Ninguém, melhor que o povo pode fazer a justiça na nossa terra”



O Dia da Justiça honrado com a presença do camarada Nino Vieira — a primeira reunião a que assiste após a sua investidura na chefia do Governo

Continuar sem desfalecimento e sem quebra de entusiasmo na luta contra a delinquência na nossa terra, e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para activar o trabalho de legislação em vigor, foi uma das palavras de ordem do plano de trabalho delineado, anteontem, na cerimónia que marcou o 12 de Outubro, Dia da Justiça. O quarto aniversário da passagem do aparelho judicial para as mãos dos representantes legítimos do nosso povo, que foi assinalado em Bissau com um programa que incluiu uma palestra do camarada Cruz Pinto, Procurador-Geral da República, sobre o Direito Internacional e a natureza do nosso Estado, às 14,30 horas, a deposição de flores no Mausoléu Amílcar Cabral às 18 horas, e um jantar volante de confraternização na Udib, às 20 horas. Junta do Mausoléu, na Amura, a comitiva dirigida pelo camarada João Bernardo Vieira, Comissário Principal, fez também um cortejo, à campã simbólica que memorisa o camarada Francisco Mendes.

Na primeira cerimónia, o Comissário da Justiça, camarada Fidélis Cabral de Almada, fez algumas consi-

(Continua nas Centrais)

Mobuto vai a Luanda

LUANDA — O presidente do Zaire, general Mobuto é esperado amanhã em Luanda, para uma visita oficial a convite do dr Agostinho Neto, anunciou ontem um comunicado oficial.

Esta visita aprofundará a normalização das relações entre os dois países, após um longo período de tensão e de mal entendidos, nomeadamente após os acontecimentos do Shaba.

Anteriormente, em Julho, as reuniões em Brazzaville das comissões mistas angolano-zairótas, resultaram num acordo em três pontos: reabertura do caminho-de-ferro de Benguela, repatriamento dos refugiados e criação de uma comissão da Organização de Unidade Africana encarregada de controlar a aplicação das

decisões tomadas em comum. O próximo encontro na capital de Angola reunindo os dois principais chefes de Estado desta região africana, deverá resultar na assinatura de acordos de cooperação esboçados há dois meses, incidindo particularmente nos domínios cultural e comercial e sobre os transportes marítimos, ferroviários e aéreos.

Por outro lado, quando da visita do presidente Neto a Kinshasa, sublinhou-se do lado angolano a importância, para toda a região, das novas relações Luanda-Kinshasa, permitindo nomeadamente a instauração da paz, bem como a possibilidade para a República Popular de Angola de se consagrar as tarefas de reconstrução nacional. (FP)

Assinado um acordo de crédito entre Guiné-Bissau e Portugal

Na sede da Caixa Geral de depósitos, em Lisboa, foi assinado na tarde de sexta-feira, dia 6, um acordo que estabelece uma linha de crédito de quatro milhões de dólares cerca de 134 milhões de pesos, a favor do Banco Nacional da Guiné-Bissau.

Esta linha de crédito, com a aduração de um ano, destina-se a apoiar o financiamento de importações a efectuar pelo nosso país de bens de consumo corrente e de equipamento de origem portuguesa.

Entre os produtos de fabricação portuguesa em que a República da Guiné-Bissau está interessada contam-se as peças sobressalentes para viaturas automóveis, material electrodoméstico, artigos de indumentaria têxtil, louças e utensílios domésticos, cutelaria, papelaria e similares, produtos químicos, calçado, tabaco em folha e manufaturado e vinhos comuns.

Na cerimónia de assinatura do acordo estiveram presentes da nossa parte, o camarada José Lima Barber, director-geral do BNG, o nosso embaixador em Portugal, camarada Filinto de Barros, e, pela parte portuguesa, o professor Jacinto Nunes, Presidente do Conselho

de Administração da CGD e acessor da Presidência da República Portuguesa o dr. Caldeira Guimarães, representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, e representantes das secretarias de Estado do Tesouro, do Comércio Externo e do Banco de Portugal, e ainda o Presidente do Fundo de Fomento da Exportação.

Após a assinatura de acordo, o camarada Lima Barber, proferiu uma breve alocução, na qual pôs em destaque o significado «de mais este acto de solidariedade» de Portugal para com o nosso país, e a importância da linha de crédito para o próximo ano agrícola e para o equilíbrio da balança de pagamentos da Guiné-Bissau.

Por outro lado, o camarada Lima Barber teve também palavras de agradecimento para o papel desempenhado pelo Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, no estreitamento da cooperação entre os dois países amigos.

O CRÉDITO

Os quatro milhões de dólares da linha de crédito serão divididos em duas

parcelas iguais de dois milhões cada, uma para bens de capital e de consumo durável, outra para bens de consumo corrente disponíveis em Portugal.

Ao abrigo deste acordo, que é válido por um ano, existe o compromisso de todos os bens adquiridos com recurso a esta linha de crédito serem exclusivamente destinados a utilização ou consumo em território da República da Guiné-Bissau.

Em qualquer importação haverá lugar a um pagamento, no acto da entrega dos bens importados, de 30 por cento do valor facturado, sendo o restante liquidado conforme os bens a importar e as condições previstas no acordo.

Pham Van Dong na Malásia

SINGAPURA, 12 — O Primeiro-Ministro da República Socialista do Vietname Pham Van Dong, chegou ontem a Malásia para uma visita oficial de cinco dias. Durante a sua estadia em Kuala-Lumpur, Pham Van Dong terá conversações com o seu homólogo malasiano, Hussein Oon.

190 mil contos de ajuda sueca para electrificação do País

Um contrato de cooperação no valor de 25 milhões de coroas suecas, (cerca de 190 milhões de pesos, destinado a apoiar uma série de projectos de electrificação no país, será assinado na próxima semana pelo nosso governo e pela SIDA.

Os referidos projectos, que deverão ser executados ao longo dos próximos quatro anos, prevêem a electrificação de diversas localidades do interior e a melhoria do apetrechamento das estações geradoras de várias cidades, entre as quais Bissau, e ainda a aquisição de camiões-cisterna para o transporte de combustíveis.

A SIDA serviu também de mediadora entre a sua congénere norueguesa, NORAD, e o Comissariado de Estado dos Correios e Telecomunicações para a conclusão de um contrato com a empresa L.M. Ericson no valor de 8 milhões de coroas norueguesas (cerca de 45 milhões de pesos). Essa

quantia, que será concedida pela NORAD, servirá para o estabelecimento de uma nova rede de comunicações telefónicas a grande distância, dentro do país e com o estrangeiro.

Países de expressão portuguesa procuram a forma de reaver documentos históricos

(Centrais)

Começa hoje o futebol



Por um futebol são e sem violência nem comércio (Pag. 6)

Uma saudação à nova época desportiva

Camarada Director

Mais uma época do nacional de futebol se vai iniciar. Quero saudar a nova época desportiva e lembrar que o nosso futebol nunca dependerá de atitudes meramente ambiciosas de alguns atletas que trocam o seu dever patriótico por benefícios pessoais, indo jogar no estrangeiro.

Será que a ida destes atletas pode tolher o desenvolvimento do nosso futebol? Estou certo que não. Isso depende do recrutamento e mobilização de novos atletas, dotando-os de uma nova consciência perante a nossa realidade desportiva, o que constituirá um grande passo para a implantação do desporto de massas.

Não é descabido recordar, a propósito, um velho ditado que diz: é na dificuldade que se aguçam o ingenho.

A nossa preocupação deve ser, neste momento, de preparar os homens de amanhã. O futebol, como domínio da vida social, não deve ser concebido senão dentro do processo global de desenvolvimento do nosso país.

Esta nova época desportiva deve também envolver, para nos desviarmos um pouco do habitual, outras modalidades, a fim de enriquecermos um pouco este sector que, pela sua dinâmica, constitui um meio de educação moral e física da nossa juventude.

Dentro de alguns meses vamos ter de novo o torneio Amílcar Cabral, uma prova desportiva que nos irá não só proporcionar momentos de viva manifestação popular, como também de intercâmbio.

Através da organização e de um trabalho eficiente, a nossa selecção poderá ter uma participação regular no torneio. Como adepto de futebol estou convencido que, mobilizando os nossos esforços, num futuro breve o nosso desporto chegará a outras esferas do nosso continente.

Faço votos para que esta nova época desportiva constitua uma lição de moral e de vontade para os atletas que a ambição, levou para fora do nosso processo.

(BAKOLÉ)

TERMINOU O SEMINÁRIO DE QUADROS SINDICAIS

O seminário de aperfeiçoamento de quadros sindicais da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (U.N.T.G.) apoiado pela Federação Sindical Mundial, foi encerrado ontem, numa cerimónia presidida pelo camarada Otto Schant, secretário do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC, na presença do Comissário da Justiça, Fidélis Cabral de Almada, do secretário-geral da UNTG, camarada José Pereira e do camarada António Borges, membro do CSL.

Dirigido por Carlos de Angelli, membro dos Serviços da Educação Sindical, o acto solene de encerramento foi inaugurado pelo sindicalista Francisco Garcia, que em nome de todos os participantes realçou o papel que lhes cabe na luta para a eliminação de exploração do homem pelo homem. Sublinhou a importância da realização do seminário no nosso país e a boa vontade posta em evidência pelo professor Carlos de Angelli na orientação da reciclagem. Por outro lado, este seminarista salientou a solidariedade internacional dos trabalhadores da Guiné-Bissau.

O professor do curso, na sua intervenção focou a necessidade de dar continuidade ao trabalho agora empreendido, frisando que deve fazer uma solução de continuidade entre o passado e o passo a dar.

Carlos de Angelli referiu-se ao pensamento do camarada Amílcar Cabral, lembrando que o nosso saudoso líder sempre dizia que a cultura é um processo permanente. Paralelamente a esta concepção, os camaradas seminaristas devem ter como preocupação fundamental a multiplicação da experiência adquirida para o avanço da tarefa de reconstrução nacional.

«Tentámos sentir e conhecer a grande orientação da Guiné-Bissau e o seu povo» salientou este membro dos serviços da educação sindical da FSM, que reconteu o papel decisivo da nossa luta de libertação nacional (Continua na pág. 8)

O acto solene de encerramento foi inaugurado pelo sindicalista Francisco Garcia, que em nome de todos os participantes realçou o papel que lhes cabe na luta para a eliminação de exploração do homem pelo homem. Sublinhou a importância da realização do seminário no nosso país e a boa vontade posta em evidência pelo professor Carlos de Angelli na orientação da reciclagem. Por outro lado, este seminarista salientou a solidariedade internacional dos trabalhadores da Guiné-Bissau.

O professor do curso, na sua intervenção focou a necessidade de dar continuidade ao trabalho agora empreendido, frisando que deve fazer uma solução de continuidade entre o passado e o passo a dar.

Carlos de Angelli referiu-se ao pensamento do camarada Amílcar Cabral, lembrando que o nosso saudoso líder sempre dizia que a cultura é um processo permanente. Paralelamente a esta concepção, os camaradas seminaristas devem ter como preocupação fundamental a multiplicação da experiência adquirida para o avanço da tarefa de reconstrução nacional.

«Tentámos sentir e conhecer a grande orientação da Guiné-Bissau e o seu povo» salientou este membro dos serviços da educação sindical da FSM, que reconteu o papel decisivo da nossa luta de libertação nacional (Continua na pág. 8)

No Comissariado das Obras P. Detido mais um implicado em desvios de fundos

A secção de investigação criminal da Direcção-Geral da Polícia e Ordem Pública, no prosseguimento das suas aturadas e minuciosas investigações, deteve no passado dia 16 de Setembro, o cidadão Nacional, Cécil Miranda, enfermeiro de profissão acusado de roubo ao Estado.

Cécil Miranda, sendo responsável pela secção de enfermagem do Comissariado de Estado das Obras Públicas, Construção e Urbanismo, tinha ao seu cargo um certo número de trabalhadores a disposição da secção. De acordo com a organização do referido Comissariado, cabia ao responsável pela secção, elaborar as folhas de vencimento do pessoal, receber e pagar os mesmos.

Acontece que, Cécil Miranda, tendo suspenso os seus serviços, foi detido por um grupo de investigadores da Polícia e Ordem Pública, que lhe foram encontrados em casa, cerca de 25 milhões de escudos em dinheiro e valores em espécie.

Os trabalhos de investigação, que se prolongaram durante vários dias, resultaram na deteção de Cécil Miranda, que foi levado para a cadeia de espera. O caso está agora a ser processado judicialmente.

CRIAR UM TOTOBOLA COM O FUTEBOL E OUTRAS MODALIDADES
Mário Gomes Barbosa 32

O comité é constituído por sete membros efectivos e dois suplentes e tem o período de mandato fixado para dois anos.

Este executivo dos trabalhadores é formado por um presidente, um vice-presidente, e cinco secretários, para os assuntos laborais, sociais e femininos, para a organização do trabalho, protecção e higiene, para a educação, capacitação, cultura, desporto e recreação, para a emulação, produção e trabalho voluntário e para a informação, solidariedade e jovens trabalhadores.

Formado o comité dos trabalhadores da Informação e Turismo

A União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) levou a cabo durante estes últimos tempos, o processo de reestruturação dos comités de trabalhadores nas empresas e departamentos estatais da nossa capital.

Esta medida que se inscreve na preocupação de levar as massas laboriosas a participar na orgânica sindical, e que será estendida a todos os sectores e regiões do país, visa a criação da organização sindical de base. Assim, na tarde de terça-feira do passado, a contemplança do que já aconteceu noutros locais de trabalho, foi eleito numa reunião presidida por dois delegados da central sindical, o comité dos trabalhadores da Direcção-Geral da Informação e Turismo e do jornal «Nô Pintcha».

Recordamos que o número de membros de cada comité sindical depende do número de trabalhadores existentes no centro.

Se queremos fazer no nosso país um desporto de massas, quer dizer, criar todas as modalidades a nível de massas, devemos deixar de dar ao futebol todo esse privilégio que tem, em detrimento de outras modalidades. Assim, não digo agora, mas mais tarde, outras modalidades passariam a constituir o nosso totobola. Nesta ordem de ideias, quero dizer que, devemos perder o mau hábito de copiar certas coisas que os outros fazem. Devemos adaptá-las, isso sim, dentro da nossa própria realidade».

UM MEIO DE GANHAR DINHEIRO

Manuel Mendes, 19 anos de idade, estudante — «Para mim, o totobola é muito bom. Além de ser um meio do nosso desporto ganhar dinheiro, vai permitir que muitas pessoas se enriqueçam de uma maneira muito simples. Infelizmente eu não tomei parte neste primeiro concurso, devido a falta de dinheiro. E, quem sabe, talvez a minha sorte estivesse ali. Portanto, o próximo concurso não me vai escapar, mesmo que tenha de preencher só duas colunas e pagar 10 pesos».

Responde o povo

O que pensa da criação do totobola no nosso país?

O primeiro concurso do TOTOBOLA nacional iniciou-se esta semana. É uma iniciativa do Conselho Superior dos Desportos, que visa a dinamização do nosso desporto, mais concretamente do futebol. O nosso Totobola era para se iniciar já na época passada. Mas surgiram certos entraves de ordem técnica, como a falta de aparelhos de controlo e contabilidade, que lhe são indispensáveis. O povo parece ter aderido a esta iniciativa. Mas é melhor apreciarmos as opiniões de três pessoas abordadas pelo nosso inquérito de hoje:

PROXIMOS CONCURSOS COM UMA SEMANA DE ANTECEDENCIA
Cipriano Jacinto — ex-treinador do Benfica e actual técnico do Desportivo de Farim — «A criação do Totobola no nosso país é uma

ótima iniciativa. Até devia ter começado há mais tempo. O nosso desporto poderia ter assim, um meio de adquirir fundos para o seu desenvolvimento. Por outro lado, eu sugeria que os calendários dos jogos para próximos con-

Governo aprovou os Estatutos da EMPA

Os Estatutos da Empresa Pública de Abastecimentos (EMPA), foram recentemente aprovados pelo Governo caboverdiano pelo decreto n.º 83/78, tendo-se fixado nomeadamente que a empresa ficará sob tutela do Governo, a ser exercida através do Secretário de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato.

O decreto que precisa ainda que a Empresa Pública de Abastecimento terá um capital estatutário inicial de 74 mil contos, totalmente realizado pelo Estado, esclarece que os novos moldes de organização da empresa e o seu controlo pelo Governo decorrem da lei sobre as Bases Gerais das Empresas Públicas.

Os Estatutos da EMPA, aprovados pelo Governo, estabelecem que a empresa «é uma pessoa colectiva dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial» com sede na Praia e com poderes para descentralizar os seus serviços por todo o território nacional, consoante as necessidades da sua actividade. Os objectivos principais e o campo de actuação da EMPA são igualmente definidos pelos actuais Estatutos. Assim, essa actuação comporta três direcções principais: a importação de produtos essenciais à economia do país, bem como a sua comercialização; a comercialização de produtos essen-

ciais de produção nacional e a exportação de produtos nacionais.

Dispondo como órgãos de gestão o Director-Geral e o Conselho de Direcção, composto pelo próprio Director e mais quatro elementos, 3 dos quais designados por decreto da entidade de tutela, os Estatutos da EMPA estabelecem que um dos membros do Conselho de Direcção é o representante sindical da empresa, dando cumprimento ao princípio do Partido sobre a participação dos trabalhadores na direcção e na gestão da economia caboverdiana, princípio esse que se aplica a nível do Estado segundo o Decreto-Lei n.º 11/78. Outro aspecto

importante da participação dos trabalhadores na direcção da empresa é o facto dos Estatutos reconhecerem a constituição de uma Assembleia de Trabalhadores composta por quatro elementos a que competirá nomeadamente «dar parecer sobre o desenvolvimento da actividade da empresa, em especial no que respeita ao pessoal, quando solicitado pelo director, emitir parecer sobre litígios laborais surgidos entre os trabalhadores da empresa, dinamizar a formação e superação profissional e cultural dos trabalhadores e as actividades de ordem social, desportiva e recreativa».

Perícia e sangue frio evitaram a estreia do aeroporto do Sal em acidentes aéreos

Uma aterragem feliz para a qual contribuiu bastante a habilidade e o sangue frio do comandante e dos controladores aéreos do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, do Sal, pôs fim à expectativa que reinou no dia 19 de Setembro no Sal, quando um avião da Companhia de Transportes Aéreos de Angola (TAAG) anunciou à torre de controlo que tinha uma deficiência no trem de aterragem.

O avião da TAAG, procedente de Havana, transportava 67 passageiros e 9 tripulantes. Segundo informações colhidas a bordo, durante a descolagem na capital cubana notou-se essa deficiência no trem, não tendo sido possível porém saber-se ao certo quantas rodas estariam inoperacionais.

Uma vez em contacto com o controlo aéreo do Sal, o comandante comunicou a avaria e os bombeiros e unidades das FARP no Sal foram alertados para estarem de prevenção no local, prontos a acorrer a qualquer acidente que se pudesse verificar no momento da aterragem que se viria a fazer pouco antes das sete e ainda sobre as rodas. (A Emissora Oficial de Cabo Verde anunciou que foi de «papo», minutos depois, no seu noticiário das vinte horas, ineficiência da comunicação telefónica.

Uma volta do avião a baixa altitude à frente da torre de controlo onde estavam já instalados especialistas, um comandante da TAAG em terra, o director do Aeroporto (que em casos desses geralmente toma a seu cargo a direcção das operações) permitiu determinar e transmitir ao comandante a bordo a avaria e as instruções necessá-

rias à aterragem até porque começa a escurecer. A avaria resumia-se no facto das duas rodas interiores direitas terem estoirado durante a descolagem em Havana.

Perante toda a gente do aeroporto a que vieram juntar-se os costumeiros «curiosos», bem numerosos, mas afastados e atemorizados que espreitavam o desenrolar das manobras, o avião fez mais uma volta curta, guiado pelas mãos experientes do comandante Durão (de nacionalidade portuguesa antigo comandante da TAP, homem fleumático e que não tem por hábito «aquecer-se de pressa» como disse um colega) e com desenvoltura perfilou-se com linha demarcatória do meio da pista de circulação. Começou a perder altura rapidamente. Os espectadores em baixo esses sim, embora não tivessem lá a pele, já estavam «aquecidos», no momento em que o avião estava prestes a tocar a pista de maneira invulgar, perigosa e aparentemente incorrecta. Estava descaído para o lado esquerdo. Enquanto isso os carros dos bombeiros começam a movimentar-se perpendicularmente ao avião e na disposição de interceptá-lo a meio da pista onde iria imobilizar-se. Nesse momento, ele toca a pista ainda caído para o lado esquerdo, mas sobre as rodas do mesmo lado e da frente, já com a inversão dos reactores e a perda de velocidade que disso resulta. Há uma certa movimentação, arrastar de pés, as pessoas mudam de apoio, encostam-se à parede à espera daquilo que vai na mente de muitos mas não ousam emitir um som. Vem a primeira tentativa de trava-

gem brusca e, então, o lado direito toca a pista. No instante seguinte, ouve-se o ruído da jante batendo na pista, como quando acontece um furo num carro. Só que neste caso, a velocidade é ainda de uns centos de quilómetros horários, o que é o verdadeiro perigo. Mas nada. As tentativas de travagem sucedem-se cada vez mais, diminuindo a velocidade e o avião acaba por imobilizar-se a uns duzentos metros do lugar onde aterrou. Não completamente passado o perigo, já vários suspiros escapavam dos espectadores. Os carros dos bombeiros já têm o avião rodeado e estão prontos a actuar enquanto os reactores não estivessem completamente parados, o que aconteceu pouco depois. Não há mais qualquer perigo, ouve-se. Embora o aeroporto do Sal não tenha qualquer vedação normalmente exigida aos aeroportos desse tipo, os «curiosos» bem gostariam de aproximar-se mas não se atrevem. Nunca se sabe o que pode vir depois. Depois não veio nada, senão a notícia de que tudo correu bem, nem sequer houve uma beliscadura num passageiro. Um susto? Sim. Quando chegámos a bordo alguns tripulantes ainda tinham cara de caso.

Mulheres contra açambarcamento

No âmbito das resoluções da 1.ª Conferência da 3.ª secção, a Comissão Dinamizadora das mulheres da Achadinha de Cima reuniu-se no passado domingo dia 17, com as mulheres da zona. Na reunião, que contou com a presença de cerca de 50

mulheres e de elementos do Comité do Grupo de base da Achadinha de Cima, foram discutidos vários pontos, nomeadamente, a participação da mulher na educação materno-infantil e o combate ao açambarcamento e à especulação.

Novo ano escolar começou na segunda-feira

Teve lugar na passada segunda-feira a reabertura das aulas na República irmã de Cabo Verde, para os 65 200 alunos com que o país conta este ano lectivo.

Este efectivo divide-se em 52 mil alunos nas escolas primárias, 4 500 nas escolas preparatórias, 1 700 nos cursos gerais dos liceus e 500 alunos nos cursos complementares, além de 600 crianças nos jardins infantis da Cruz Vermelha e do Instituto de Solidariedade.

O camarada Carlos Reis, ministro da Educação e Cultura sublinhou, na ocasião da reabertura das aulas, que o rendimento escolar no ensino primário será uma das preocupações do governo. Estimou que, até ao presente, foram obtidos bons resultados neste domínio.

O ministro indicou por outro lado, que, será aberto, dentro em breve, um centro de formação profissional, com vista à formação agrícola e em matéria das pescas.

Finalmente, declarou que mais de 500 estudantes bolsseiros do governo caboverdiano prosseguem os seus estudos em universidades estrangeiras. — (FP).



AMÍLCAR CABRAL

A prática revolucionária

V. PARA A MELHORIA DAS NOSSAS FORÇAS ARMADAS (*)

Devemos cada dia fazer mais força para cumprir aquilo que nos mandam fazer, mas também para termos iniciativa própria, dentro do âmbito da nossa capacidade, do nosso campo de acção. Seguindo a linha do Partido traçada pela Direcção, mas fazendo com iniciativa, rico de iniciativa, porque nenhum dirigente, nenhuma Direcção, pode indicar numa luta armada todas as coisas que se devem fazer com as suas próprias mãos. Temos que seguir, o mais rigorosamente possível, nas nossas Forças Armadas, os princípios gerais da acção das nossas Forças Armadas. Ligação íntima com o nosso povo, mostrar ao nosso povo sempre, que as nossas FARP são as FARP do nosso povo de facto, não é só de nome — Forças Armadas Revolucionárias do Povo — filhos do povo, com armas nas mãos, combatendo pelo povo, para o povo. Temos que recrutar gente sempre, e nunca devemos enganar o nosso povo, dizendo-lhes que vai buscar tal coisa, para depois o apanharmos e recrutarmos, não. Temos direito de recrutar os filhos da nossa terra — os tугas recrutam-nos à força, porque é que nós não havemos de recrutar?

Mas devemos dizer-lhes claramente que vamos recrutá-los. Devemos convencer, com persuasão, com jeito e só quando esgotarmos todos os meios de persuasão é que devemos tomar as medidas necessárias para não falharmos com a nossa luta.

Mas devemos evitar o erro de recrutar gente que não devemos recrutar. Temos recebido recrutas, mais velhos que o meu pai, alguns deles, outros aleijados, outros doentes, que não podem fazer nada. Isso não tem interesse nenhum, e só cria problemas, porque muitas das vezes vêm à força e ficam com raiva de uma vez para sempre. Mas também dá alguns jovens que também vemos claro que não valem nada e que não têm força nenhuma, e isso também não pode ser. Temos por exemplo de evitar de recrutar a nossa Milícia Popular, sem primeiro esclarecer que não estão a ser recrutados. Já houve erros nesse campo que podiam estragar todo o nosso trabalho da Milícia. Porque os nossos recrutadores avançaram para recrutar a Milícia sem dar satisfação aos nossos responsáveis da Milícia. Isso não pode ser. Devemos lembrar-nos de que a Milícia também é uma força armada. Hoje como sabem as nossas FARP são o Exército Popular, a Milícia Popular é o Povo Armado. Devemos nas nossas Forças Armadas, respeitar ao máximo o princípio de disciplina. Não fomos nós que inventamos isso. Quando se está num Exército, ou num grupo armado, é preciso haver um chefe que tem que ser obedecido. Mas um chefe não é dono de ninguém e ninguém é criado seu. A disciplina é de um sentido para o outro, de baixo para cima e de cima para baixo. Respeito, disciplina.

(*) Exposição no Seminário de quadros, em Novembro de 1969.

Nino Vieira no Dia da Justiça:

"Ninguém melhor que o povo pode fazer a justiça na nossa"

(Continuação da 1.ª)

derações sobre o significado da data festejada. Esteve presente, como convidado de honra, o Comissário Principal, camarada João Bernardo Vieira (Nino). Estiveram igualmente presentes, os camaradas Otto Scharth, Honório Chantre e Vítor Monteiro. Todos os funcionários da Justiça da capital e alguns juizes e advogados do povo dos tribunais populares de base assistiram ao acto.

A sessão foi marcada por vários momentos de entusiasmo dos assistentes animados pelas intervenções dos dirigentes do Partido e do Governo presentes, que, de forma geral, realçaram a importância da data, recordaram as ricas experiências vividas pelo nosso povo no domínio da justiça durante a luta armada de libertação nacional e reafirmaram o prosseguimento do esforço, no trabalho da Reconstrução Nacional, a fim de concretizarmos os nossos grandes projectos, «ambiciosos mas de esperança», e honrarmos a memória dos heróis e mártires da nossa Revolução, em especial, dos camaradas Amílcar Cabral e Francisco Mendes.

A intervenção do Comissário Principal, Nino Vieira, foi breve e tratou sobretudo das razões da nossa luta e do conceito de justiça.

O camarada Nino considerou, nesse aspecto, que uma das razões da nossa luta de libertação nacional foi

a necessidade de dar ao nosso povo a justiça que nunca teve. «A justiça pela qual o nosso povo verteu o seu sangue».

«Melhor que o nosso povo, ninguém podia nem tinha o direito de executar a Justiça no nosso país. E o colonialismo não pode de maneira nenhuma representar o nosso povo na resolução dos seus próprios problemas que só a ele dizem respeito» — disse João Bernardo Vieira para, em seguida, reafirmar a sua disposição de apoiar o Comissariado da Justiça na resolução dos seus problemas prioritários.

«Um trabalho enorme têm os trabalhadores da Justiça para o bem de um povo que tanto esperou por uma justiça válida, em lugar de uma justiça de discriminação ao serviço de certa camada privilegiada». Mas a maior homenagem que podemos render aos nossos heróis nacionais é reforçarmos cada vez mais o nosso empenho, no trabalho.

ESPIRITO DE SACRIFICIO E CAMARADAGEM. CARACTERÍSTICA DO COMISSARIADO

A presença do camarada Nino Vieira naquela cerimónia, cujas palavras Fidélis de Almada considerou de «incentivo para os nossos trabalhadores» foi elogiada de forma significativa pelo Comissário da Justiça, que enalteceu a «escolha acertada» do novo chefe do Governo pelas suas destacadas

qualidades de combatente e dirigente nas altas instâncias do Partido e do Estado.

Sobre a sua recondução no Comissariado da Justiça, disse que isso não só revela a confiança depositada pelo Governo nos dirigentes da Justiça mas também as qualidades de trabalho demonstradas pelos trabalhadores que ele dirige, apesar das carências técnicas e da falta de quadros.

«Os camaradas da Justiça estão de parabéns — afirmou nomeadamente. «Estamos confiantes de que, como no passado, saberão desempenhar com o espírito de sacrifício e de camaradagem que caracterizam o nosso Comissariado, o papel que lhes cabe, no apoio a resolução dos problemas do nosso Governo a fim de levar o nosso povo ao caminho do desenvolvimento...»

Para isso, sublinhou o Comissário Fidélis, devemos estudar cada vez mais e procurar levar os principais planos de trabalho da Justiça a bom termo.

Continuar sem desfalecimento e sem quebra de entusiasmo a luta contra a delinquência; fazer tudo que esteja ao nosso alcance para activar o trabalho de legislação; fazer todos os esforços para a divulgação de leis em todos os cantos do país; remodelar os centros de reabilitação de delinquentes, em relação aos quais já se fizeram esforços consideráveis, mas que ainda têm deficiências na organização e estruturação.

O camarada Fidélis de Almada acrescentou ainda, como plano de acção do seu departamento, a criação de centros de internamento para os delinquentes de menor idade, onde serão enquadrados e reeducados para de novo se reintegrarem na sociedade, e a Escola Média de Direito que se destinará a preparar quadros para a magistratura.

UM DIREITO CONQUISTADO NA LUTA

A palestra proferida pelo Procurador-Geral, camarada João Cruz Pinto, constou da leitura de um trabalho no qual se analisa a historiografia da luta do nosso povo, desde o começo da gestão de vida nas regiões libertadas, que denotam as bases características de criação de um Estado, ao aparecimento dos tribunais

populares, até à criação do nosso Estado, reconhecido desde cedo pelo Direito Internacional. Era o surgimento de uma nova vida enquadrada na organização de um Partido-Estado.

«Era o povo que tinha o poder nas mãos. O povo organizava-se e, através do Partido, exercia na realidade o poder» — disse o camarada Cruz Pinto, para, em seguida considerar de grande vitória a efectivação da visita especial das Nações Unidas às regiões libertadas, em 1972. Um acontecimento, segundo ele, único no quadro das actividades da ONU e dos movimentos de libertação.

«No momento em que o povo da Guiné, sob a administração colonial portuguesa, reivindicou o direito à auto-determinação e o direito à independência, direito ao Estado, e contestou,

pela luta armada, o colonial, a situação tornou qualitativamente o povo colonizado é titular de direitos e possui a qualidade de sujeito do Direito nacional pelo facto de engajamento na luta

Referiu-se às resoluções da ONU e aos pactos internacionais que definem os direitos de os povos dos países colonizados libertarem-se pela sua auto-determinação e independência, de serem livres, de serem livres economicamente e de dispor livremente dos seus recursos naturais. «O povo em luta pela sua libertação, sujeito do Direito Internacional constituiu-se em Estado desde que atinja uma situação avançada».

«O PAIGC lutou pela libertação total e contra o colonialismo portu-

TRIBUNAIS POPULARES UM INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO

Quando se completam quatro anos em que o nosso Partido e o Governo fizeram chegar a todos os pontos do território nacional um novo sistema de justiça, importa recordar o passado, e tirar dele experiências úteis para prosseguir no futuro a passos firmes. Que passado teve o nosso país na Justiça?

Não é exagero afirmar que o nosso país não teve um passado de Justiça. O povo em si teve o seu passado de Justiça como valor cultural, mas o direito de a exercer foi-lhe negado por centenas de anos de dominação colonial, em proveito de uma (in)Justiça de elites.

O sistema burguês aplicado pelo colonialismo português na nossa terra, envolvia a administração da Justiça de uma complexidade e de um obscurantismo impenetráveis às massas. Existia um único Tribunal da Comarca em Bissau que apenas servia os privilegiados, já que 99,7 por cento da população eram considerados indígenas, sujeitos ao Estatuto do Indigenato.

Com a luta armada de libertação nacional e a debandada do colonialismo, nova face de Justiça se apresenta para o povo. É a administração da Justiça pelos próprios camponeses e trabalhadores em geral, através de tribunais populares. A diferença entre os dois sistemas reside no facto de, nos tribunais burgueses, o «JUIZ» ditava a lei, e tinha poderes para julgar e decidir de acordo com os interesses em causa, enquanto que nos tribunais populares deram lugar a três juizes eleitos livre e demo-

craticamente no seio do povo e que tomam decisões em colectivo, de acordo com as realidades do meio.

«A Justiça só cumprirá a sua função essencialmente social se, no quadro da política do Estado e pela materialização do programa do nosso Partido, dar satisfação às legítimas aspirações populares, a liberdade, paz e progresso» — salientava o Secretário-Geral do PAIGC, camarada Aristides Pereira, no relatório do Conselho Superior de Luta apresentado ao III Congresso do Partido. Uma referência que traduz os objectivos do nosso Partido, que preconiza a concepção de um Direito justo que sirva antes de mais os interesses das massas.

Ao longo da luta armada de libertação nacional, havia a necessidade de disciplinar a vida e os actos dos militares e estabelecer relações entre os militares e o povo. Criou-se, então, a Justiça Militar, que viria a culminar, em 1966, nas regiões

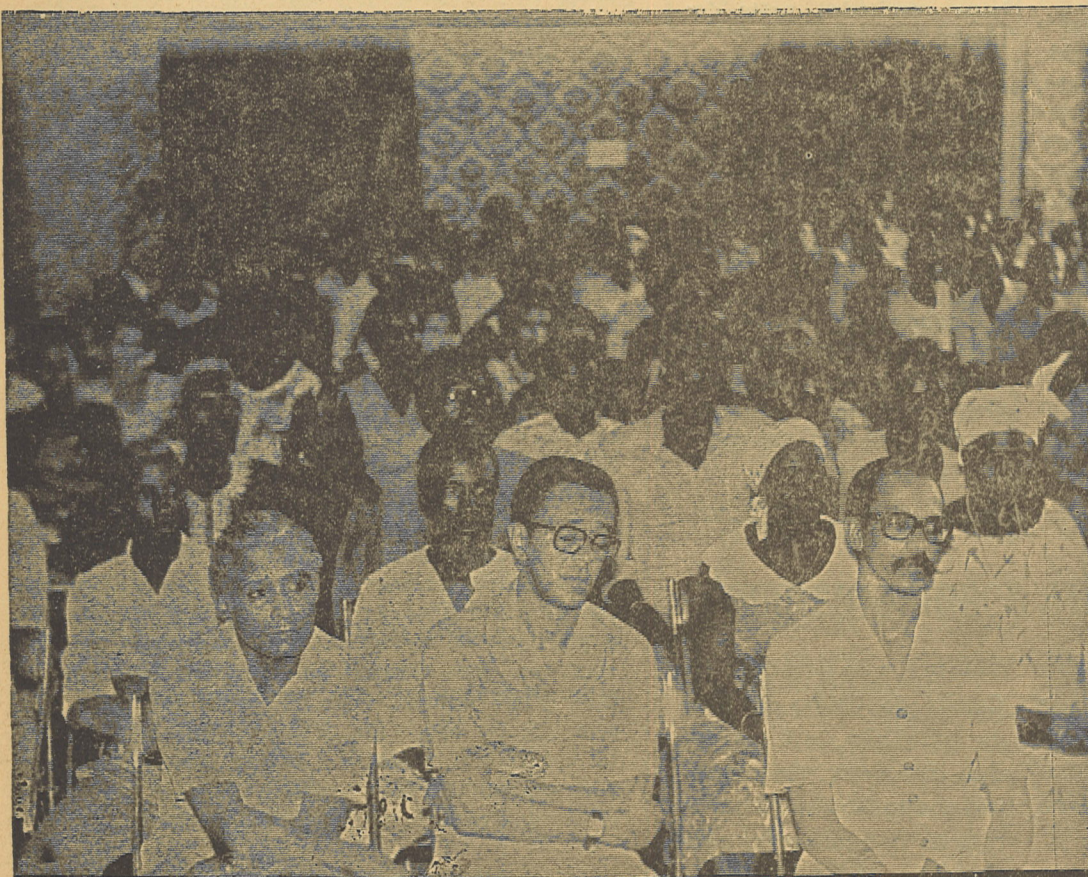
libertadas, com a criação do Tribunal de Guerra.

A justiça era então ministrada pelos comités militares e pelos comités políticos das unidades e comissários políticos do povo. A vida das populações libertadas ia sendo cada vez mais organizada através de comités de base, escolas e nos hospitais. Houve também a necessidade de formar tribunais populares nas bases, para os quais os camponeses e trabalhadores elegeram catalizadores.

Hoje, de Norte a Sul do campo à cidade, do campo aos locais de trabalho, estão implantados tribunais populares através dos quais se pratica um novo sistema de justiça entregue às mãos do povo.

A falta de quadros e infra-estruturas são das dificuldades com que se debate actualmente o Comissariado de Justiça. A formação dos elementos, no campo, em matérias jurídicas e a futura criação, no âmbito de uma Escola Média de Direito, são das soluções técnicas que permitem a transformação por parte da Justiça na Guiné, num meio educativo de reconciliação entre os homens.

O processo está a desenvolver-se nesse sentido e os tribunais populares correspondem ao seu



Na gravura, os trabalhadores da justiça durante a cerimónia

Procurar formas de transferência do nosso património cultural em Portugal

— Mário de Andrade na reunião de documentaristas



Aspecto da sessão final do encontro, vendo-se ao fundo Mário de Andrade

«Urge promover um intercâmbio internacional mais justo dos bens culturais. Pensamos que um tal intercâmbio poderá influir na emergência de um mundo de justiça e de paz entre os homens. Estamos certos de que os organismos culturais dos nossos respectivos países inscrevem os seus programas de actividades no âmbito das preocupações a que acabo de me referir, já que a política cultural traçada pelos Estados decorre naturalmente das opções ideológicas, comuns aos nossos partidos.»

Estas palavras foram proferidas pelo camarada Mário de Andrade, então Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Cultura e actual Comissário da Informação e Cultura, numa alocução que marcou, na terça-feira passada no Hotel 24 de Setembro, a abertura solene da reunião de trabalho sobre o processo de transferência em Portugal, de documentos históricos dos países africanos de expressão portuguesa.

O encontro terminou na manhã de ontem, tendo ficado assente para efeitos de análise a entrega, aos governos dos países participantes, das conclusões delineadas num documento final sobre a situação da documentação cultural e histórica existente em cada país, os termos em que o projecto comum de repartimento do material deve ser apresentado ao Governo português e, por outro lado, o estudo das três formas de negociação com Portugal. As negociações podem ser processadas por acordos bilaterais, ou por uma delegação conjunta, ou através de um porta-voz, deixando a decisão para os respectivos governos. Pôs-se já a hipótese de a Guiné-Bissau vir a ser o porta-voz, caso for aceite por todos.

Participaram em todas as sessões de trabalho, além de cerca de 12 elementos componentes das cinco delegações, representantes do Comissariado do Desenvolvimento Económico e Plano e a representante dos ar-

quivos das FARP, Amélia Araújo.

A questão da apresentação de um projecto comum, assim como a formação de quadros técnicos para a investigação dos documentos e para a sua conservação no futuro, foi largamente discutida entre os delegados reunidos, na medida em que, conforme fizeram notar alguns delegados, a política de relações entre aquela antiga potência colonial e os nossos países comporta aspectos diversos, apesar de a política dos países de expressão portuguesa se basear em opções ideológicas comuns.

As delegações acordaram que, após os contactos com as autoridades portuguesas, poderá ser solicitado o apoio de investigadores e documentalistas portugueses com conhecimentos da história dos países envolvidos no projecto, para a inventariação dos documentos.

Para a obtenção dos documentos, foram adoptadas como material de trabalho, a documentação escrita ou

sonora (original, microfilmagem e gravação), a documentação filmica ou fotográfica (original, contra-negativo e cópia) e a documentação museológica (objectos originais e reproduções).

A Sarec — organismo sueco para apoio a investigação científica, nos países do Terceiro Mundo — está disposta a financiar o projecto de repatriação de documentos históricos, desde a formação de quadros técnicos até à criação de infra-estruturas para o armazenamento do material. O representante da Sarec, que participou na reunião desde o seu início, assegurou que o projecto será posto em prática logo que seja aceite pelo Governo Português.

O representante da Sarec, Per-Arne Stroberg, manifestou, no encerramento do encontro, interesse em ver resolvida, o mais depressa possível, a gestão da apresentação do problema ao Governo Português, sem a aceitação do qual não poderá avançar-se com a parte do projecto referente à preparação de quadros para a pesquisa.

Intervieram na sessão de encerramento, além do camarada Mário de Andrade, que exortou os participantes a levarem à prática aquilo que ali foi delineado, vários outros elementos das delegações visitantes, que expuseram os resultados a que chegaram e manifestaram interesse em prosseguir os trabalhos para a concretização frutuosa

do projecto. As delegações visitantes apresentaram uma moção de reconhecimento pelo acolhimento fraterno e de camaradagem a que lhes foi dispensado no nosso país. No período da tarde, os participantes efectuaram visitas ao Instituto Nacional de Investigação Científica e ao Museu Amílcar Cabral.

TEMOS DIREITO DE CONTINUIDADE HISTÓRICA

Na alocução que proferiu na sessão de abertura do encontro, o camarada Mário de Andrade, após ter dissertado sobre os seus objectivos «completar a recuperação da memória histórica dos nossos povos», — e de ter realçado o papel da Sarec, a quem se «deve a materialização desta reunião», fez algumas considerações sobre as dificuldades que possam surgir na concretização dessa tarefa:

«Para o intercâmbio de informações sobre o acervo actual de documentação e arquivos de carácter histórico, etnológico, linguístico ou administrativo, há que lançar as bases de uma vasta cooperação no domínio da investigação histórica entre os nossos países e de estudar o processo de transferência dos documentos que as instituições estrangeiras possuem sobre esta matéria do nosso património cultural. É evidente que nos encontramos perante tarefa difícil, a concretizar a longo prazo, porquanto ela requer da nossa parte um grande investimento humano e comporta implicações de várias ordens no plano externo.»

O Coordenador-Geral do C.N.C. da Guiné-Bissau atribuiu, neste caso, aos organismos estatais de cultura «o papel de levar a cabo um esclarecimento aprofundado sobre a importância de que se reveste a existência de documentos escritos e sonoros para a plena expressão da nossa identidade cultural». Referiu-se ainda ao reconhecimento pela Unesco da importância desse problema, tendo citado uma frase do director-geral, Mahtar M'Bow em que defende o «direito à continuidade histórica» na busca da qual «a solidariedade humana exige que as comunidades nacionais prestem ajuda mútua». «Podemos dizer, aliás, — acentuou Mário de

Andrade — que esta reivindicação ilustra o conceito, já formulado por Cabral do direito de os povos lutarem para possuírem a sua própria história.»

Mário de Andrade afirmou ainda que os organismos culturais dos nossos países inscrevem nos seus programas de actividades das preocupações que referiu, já que a política cultural traçada pelos Estados decorre das opções ideológicas comuns aos nossos partidos.

«Tendo demonstrado já o relevo atribuído ao papel da cultura no processo da luta de libertação nacional — disse o camarada Andrade — estamos hoje empenhados na imensa tarefa de realizar, em termos concretos, o acesso ao saber das massas populares e dominar uma cultura nacional, técnica e científica, aberta aos horizontes da universalidade.»

«A Guiné-Bissau deseja contribuir, na medida das suas capacidades, para a solução da problemática que está no centro da vossa reunião de trabalho. O Conselho Nacional de Cultura, exprimindo a posição do nosso Governo, pensa que o processo de transferência dos documentos históricos do nosso património deve ser objecto de consultas oficiais entre os nossos Estados. Quanto às modalidades das negociações — a entabular, nomeadamente com o Governo Português, para a efectivação da transferência daquela matéria do património cultural, consideramos que elas podem decorrer, quer separadamente, quer conjuntamente.»

O dirigente do C.N.C. terminou a sua intervenção afirmando a disponibilidade da Guiné-Bissau para aceitar uma ou outra fórmula, ou ainda um porta-voz que reúna o consenso dos nossos Estados.

Falou também o representante da delegação de S. Tomé, camarada Carlos Agostinho das Neves, do Arquivo Histórico, que manifestou, em nome dos reunidos, a sua satisfação com a presença do camarada Mário de Andrade, que considerou de bastante significativa, tendo em conta o valor e a experiência desse intelectual africano.

Carlos Neves terminou a sua intervenção realçando a preocupação do grupo em chegar a conclusões válidas e manifestou o seu reconhecimento pelo amável e fraternal acolhimento que teve no nosso país.

erra”

pela realização do direito à auto-determinação e à independência, garantido pelo Direito Internacional. O Governo conduziu uma guerra de agressão contra o povo da Guiné-Bissau. O PAIGC órgão legítimo em Direito Internacional, estava habilitado a dirigir a luta de libertação nacional do povo da Guiné e de Cabo Verde e tinha direito à legítima defesa», afirmou Cruz Pinto a dado passo.

O Procurador-Geral da República dissertou ainda sobre várias fases que marcaram a evolução da luta do nosso povo e a vitória sobre o inimigo no plano interno e externo, até ao eclodir do golpe de Estado militar do 25 de Abril, possibilitou uma saída menos vergonhosa aos ocupantes nas nossas terras.

O CÍVICA

de instrumento de mobilização e de educação cívica para as tarefas da Reconstrução Nacional, conforme define o nosso Partido.

A adopção de novas leis baseadas nos usos e costumes do nosso povo e a criação de centros de reabilitação dos reclusos em Carache e em Brá vão ao encontro desses anseios da Justiça.

As prisões passam a servir a um novo conceito de Direitos Humanos, no sentido de recuperar para a sociedade os delinquentes e não rejeitá-los como criaturas estranhas.

O Presidente do Conselho de Estado, camarada Luiz Cabral referia-se, assim, a este aspecto, na Assembleia Nacional Popular realizada em Abril último:

«Sabemos que somos dos poucos Estados do mundo onde os tribunais militares reúnem à porta aberta e onde toda a gente pode assistir aos julgamentos. Somos também dos poucos países que tratam os presos com todo o respeito e que procura, com poucos meios de que se dispõe ainda, criar centros de reabilitação, no sentido de trazer os ladrões, criminosos e bandidos para o caminho da honestidade, pensando no amanhã, quando tiverem cumprido a sua pena.»

Por um futebol são -sem violência nem comércio

Depois de uma época tumultuosa, vem aí de novo o campeonato nacional de futebol. Esperamos e faremos votos para que esta nova época não seja igual à anterior, a da violência dentro e fora dos rectângulos de jogo e de um campeonato sem campeão. Um campeonato para esquecer, uma época que ficou numa página negra da história do nosso futebol. Mas devemos assumir os erros que cometemos, porque só assim poderemos evitar cometê-los de novo.

Este campeonato vem nu? Pensamos sinceramente que não. Foi uma época em que os considerados «melhores» craques cá da zona abalaram para a «metrópole», para lá «brilharem», esquecendo as suas dívidas para com o nosso povo e para com o nosso futebol, vendendo as suas pernas. A esses, diremos que temos confiança na rapaziada que cá ficou e temos a convicção de que farão mais e melhor do que esses «senhores» que trocaram o desporto pelo comércio da bola.

Mas, uma coisa é certa: muitos desses «jogadores» não ganham nada nos seus novos clubes. Estes só lhes dão alojamento e alimentação. Isso vimos e ouvimos com os nossos próprios olhos e ouvidos. Foram burlados? Que nos respondam eles. Que futuro os espera, numa profissão onde a pessoa acaba aos 30 anos., Infelizmente, esta vida está cheia de exemplos de alguns «ases» do futebol que hoje vivem na miséria. Há muitos que se preocupam em se profissionalizarem sem pensarem nos problemas que isso lhes acarreta depois de fim das suas carreiras futebolísticas. O nosso futebol, em particular e as restantes modalidades em geral, debatem-se com graves problemas de organização. Mas, perguntamos, qual é a luta que se inicia sem dificuldades?

O defeso acabou no último fim de semana, e os adeptos do «desporto-rei» vão poder matar saudades. Agora, chegou o seu prato favorito, o campeonato, o tal espectáculo que os satisfaz. Domingo a domingo, ou sábado a sábado, lá vão alimentando de ilusões ou desfazendo as esperanças nos estádios poeirentos e ensolarados.

Voltemos de novo às violências nos estádios. Presistimos nisto porque achamos que o desporto é confraternização, é camaradagem e, sobretudo, união. Portanto, não compreendemos porque certos jogadores e adeptos o querem transformar em desporto de «mal-educados». Exigimos que aqueles lobos que vão para campos vestidos com pele de cordeiro, mas que depois ali a despem, revelando as suas verdadeiras características, sejam irradiados dos nossos estádios. Pensamos que eles não estão no caminho da Unidade apontado pelo nosso Povo. Esses «jogadores» que actuam com grande impulso, com força, com ímpeto, como autênticos gladiadores nas arenas romanas, devem ser castigados. Resta explicar a essa gente de que a violência já não é desta martirizada terra. Ela foi utilizada uns tempos atrás para respondermos à violência do colonialismo português. E jamais queremos voltar a tê-la na nossa terra e muito menos nos nossos estádios.

Farmacias

HOJE — «Central Farmedi n.º 2»

AMANHA — Higiene

SEGUNDA-FEIRA — Central Farmedi n.º 1

Cinema

Filmes a anunciar

1.ª Jornada do Nacional de futebol hoje à tarde Sporting-Cantchungo



Fazer de futebol um desporto de união

Inicia-se neste fim-de-semana o 5.º Campeonato Nacional de Futebol. Conforme o regulamento base, emitido recentemente pela Federação Nacional de Futebol, este campeonato, o único da modalidade, vai funcionar nos mesmos moldes que os campeonatos anteriores. Tomam parte nele as mesmas 16 equipas do ano passado, conforme já noticiámos.

Como é do conhecimento público, em jogos interafri-

canos, o nosso país só tomará parte nas competições para a Taça de África dos Vencedores das Taças, representado pela UDIB, visto não ter havido vencedor no campeonato da época passada, por anulação deste na sua última jornada.

OS JOGOS DA PRIMEIRA JORNADA

Para a primeira jornada do Campeonato Nacional de Futebol terão lugar neste fim-de-semana, os seguintes

encontros, conforme o calendário publicado pela Federação Nacional de Futebol:

Hoje e amanhã, em Bisau, com início às 17 horas, disputar-se-ão os jogos Sporting-Cantchungo e Ajuda Sport-Udib. Nos restantes campos do interior do país, jogam amanhã com início às 16 horas e 30, Bolama-FARP, Tombali-Ténis, Farim-Benfica, Bafatá-Bula, Balantas-Gabú e Bissorã-Buba.

Campeonato de Bandim - 2:

Uma experiência bem sucedida

O campeonato de Bandim chegou ao fim, contrariamente ao que sucedeu com alguns outros que foram organizados e ficaram pelo caminho. Os diversos campeonatos de bairros que conheceram o fracasso, deveriam talvez, a que os seus organizadores não obtiveram um apoio sólido ou não tiveram a força de vontade suficiente para os levar a bom termo.

Além do de Bandim, também o do Bairro de Ajuda e alguns que foram organizados no interior do país conheceram o agradável sabor da final.

Para tirarmos lições das experiências bem sucedidas, entrámos em contacto com Alexandre Manuel da Silva, Presidente da Federação de Bandim, que nos falou do «segredo» da organização e dos obstáculos que tiveram que remover para organizarem o campeonato de Bandim.

«N.P.» — Desde quando é que organizam este campeonato e de quem foi a ideia da sua organização?

A. Silva — O nosso campeonato começou a ser realizado em 1976 e teve a sua continuidade no ano seguinte. Mas, nestes dois anos, não conseguimos levá-lo até ao fim, por não termos auscultado as opiniões dos interessados.

Este ano, convoquei uma reunião onde os nossos jovens participaram activamente, dando as suas opiniões. Nela, decidimos que cada zona do bairro teria pelo menos uma equipa. Calculei que foi por causa desta decisão que o campeonato teve sucesso, porque as pessoas de cada zona, principalmente os «homens grandes», zelaram para a manutenção da sua equipa. Mesmo assim, continuámos com dificuldades, no que concerne ao pessoal para a federação. Mas, numa reunião, decidiram pôr-me como presidente da federação e por isso deixei automaticamente de jogar. Isto aconteceu depois de iniciarmos os jogos.

O nosso esforço foi pensado e vimos o resultado de que há muito estávamos à espera.

Fui eu o lançador da ideia de organizar um campeonato no bairro. Como sózinho não poderia executá-la, entrei em contacto com outras pessoas e resolvemos organizá-lo, criando uma espécie de federação.

UNIR OS JOVENS PARA TROCA DE IMPRESSÕES

«N.P.» — Quais foram as competições que organizaram e que objectivos pre-

tendem atingir com isso?

A. Silva — Além do campeonato, organizámos o torneio de início. No próximo sábado, organizaremos um torneio em que cada jogo terá a duração de 30 minutos e as equipas defrontar-se-ão depois dos sorteios. Ainda temos em perspectiva a disputa da taça de Bandim. Numa reunião a convocar, decidiremos se ela será levada pela equipa que a vencer dois anos consecutivos ou três anos alternados.

O nosso objectivo, com todas estas competições, é unir os jovens do nosso bairro para trocas de impressões. Unirlos porque andavam constantemente em contradição.

«N. P.» — Qual é o fundo da federação e como resolveram o problema dos árbitros?

A. Silva — A federação não tem qualquer fundo, no meio do campeonato cheguei a pensar que cada equipa devia pagar uma certa quantia mas, como a ideia apareceu à última hora, não foi posta em prática. Na altura em que fomos comprar as taças, tivemos que recolher o dinheiro dos protestos e das multas, o que não chegou para as podermos comprar. Tive que tirar uma certa quantia do meu bolso.

Estágio para massagistas

A Direcção-Geral de Assistência Médica do Comissariado de Saúde e Assuntos Sociais comunica através da Federação Nacional de Futebol que os massagistas dos clubes do país deverão, para estarem em condições de exercer as suas funções, frequentar um curso de enfermagem e um estágio de aperfeiçoamento nos Serviços de Fisioterapia. Este estágio poderá ser ministrado no Hospital «3 de Agosto».

PUNIDOS ATLETAS DAS FARP

A Federação Nacional de Futebol castigou vários atletas da equipa das F.A.R.P. por incorrecção no jogo da final da Taça da Guiné-Bissau.

Ocante Sá punido com um ano de suspensão, por ter tomado parte na agressão à equipa de arbitragem. Com seis meses de suspensão, pelo mesmo motivo, João Gomes e Fidélis Fernandes de Oliveira. O massagista Pedro Lopes foi punido com três meses de suspensão por insultos dirigidos à equipa de arbitragem e Adulai Sanhá recebeu a pena de repressão registada, por desacordar com a decisão do árbitro.

Portugal:

Governo rejeitado não tem pressa de sair

Com um governo da sua confiança a assegurar muito mais do que a gestão dos assuntos correntes, o Presidente da República Portuguesa não se mostra muito apressado nos con-

Eleições no Brasil estudantes a favor da democracia

RIO DE JANEIRO 12 — Os estudantes brasileiros decidiram, no 4.º Congresso Nacional Estudantil, reunido em São Paulo, votar nas eleições gerais de 15 de Novembro na Oposição, manifestando desta forma o seu descontentamento e a sua resistência contra o regime militar no poder.

Mas de 460 delegados de 14 Estados federais do Brasil participaram no Congresso Nacional Estudantil, para além de representantes do comité brasileiro para a amnistia e do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos.

O objectivo principal do quarto congresso estudantil foi a reconstituição da União Nacional de Estudantes que foi dissolvida pelo regime após as grandes manifestações de estudantes de 1968.

tactos que tem estabelecido com os diversos partidos com vista à formação dum governo constitucional que substitua o de Nobre da Costa, cujo programa foi rejeitado pela Assembleia da República há pouco menos de um mês.

Ao contrário do que chegou a ser noticiado, o general Eanes não recebeu todos os partidos no fim da semana passada, limitando-se a auscultar as posições do PCP e do CDS, cujos dirigentes são dos que se têm manifestado mais maleáveis.

O PSD, que insiste cada vez mais na necessidade de novas eleições — nas quais espera ser o partido mais votado, segundo palavras do presidente da sua Comissão Política, Menéres Pimentel — continua a esquivar-se ao persistente namoro do CDS, que o quer arrastar para uma coligação a três com o PS. Por seu turno, o PS respondeu afirmativamente ao convite do PCP para a realização de

contactos bilaterais entre os dois partidos, enquanto prossegue nas negociações, nunca interrompidas, com o CDS.

O PCP, apesar da clara recusa dos outros parceiros parlamentares em incluí-lo em qualquer acordo (só o PS deixa a porta entreaberta, considerando «possível» a sua inclusão numa possível coligação a quatro), reafirma, pela voz do seu máximo dirigente, a sua «disposição de participar no futuro governo», porque o PCP «tem um conhecimento dos problemas, uma preparação, uma experiência e uma capacidade de realização que nenhum outro partido mostra possuir».

Apesar das limitações impostas pela sua condição de governo rejeitado pela Assembleia, o governo de Nobre da Costa continua a actuar como um verdadeiro governo constitucional, revogando decisões do anterior executivo e tomando a iniciativa de outras que têm

provocado os protestos, por vezes bastante agrestes, do PS, e — mais reservados — do PCP.

O reatamento das «relações preferenciais» entre o general Eanes e o Partido Socialista parece cada vez mais difícil. Mário Soares, em entrevista à BBC citada pela imprensa portuguesa, falou em «fim da aliança» com o Presidente, acusando-o de ter dado «eco a uma certa inquietação que existe na sociedade portuguesa e que é inspirada pela extrema direita».

COMEÇOU O JULGAMENTO DOS ASSASSINOS DE DELGADO

Começou na segunda-feira, no Tribunal Territorial de Lisboa, o julgamento dos implicados no assassinato do general Humberto Delgado, candidato anti-salazarista às eleições de 1958, e da sua secretária Arajaryr de Campos.

No banco dos réus sentam-se os três últimos torturadores: nor da PIDE que ainda se encontram na

prisão: Silva Pais, Pereira de Carvalho e Agostinho Tienza. Os restantes acusados, Barbieri Cardoso, Rosa Casaco, Lopes Ramos e Casimiro Monteiro, todos ex-membros da extinta polícia política do fascismo, foram há muito postos em liberdade condicional e, naturalmente, não responderam à convocatória do Tribunal.

Nos círculos judiciais prevê-se que o julgamento poderá durar mais de seis meses.

SOUTO CRUZ ASSUME O SEGUNDO POSTO DA HIERARQUIA MILITAR

O cargo de vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, criado nos últimos meses antes do 25 de Abril, especialmente para albergar o então general Spínola — e que nunca mais viria a ser ocupado — vai agora ser preenchido pelo almirante Souto Cruz, que surge assim no segundo lugar da hierarquia militar portuguesa, a seguir ao general Eanes. O lugar deixado vago, na chefia do Estado Maior da Armada, será ocupado pelo vice-almirante Sousa Leitão.

Suécia: novo governo passa no parlamento com 11 por cento dos votos

ESTOCOLMO — Ola Ullsten, presidente do Partido Liberal, que até agora era ministro da Cooperação, foi investido ontem no cargo de Primeiro-Ministro pelo Parlamento sueco.

Ullsten obteve só 39 votos, os do seu partido. Mas a constituição prevê que a investidura do Primeiro-ministro designado é feita se mais de metade dos deputados (349) não se opuserem. 215 deputados (socialistas e centristas abstiveram-se e o voto negativo de 66 outros não foi suficiente para impedir a eleição de Ullsten.

Estes números dão, no entanto, um carácter extremamente minoritário e «provisório» — como o disse o líder da oposição social-democrata, Olof Palm — ao governo de Ullsten, que deverá apoiar-se alternada-

mente nos social-democratas, aos quais deve a sua eleição, nos seus antigos parceiros do governo de coligação (conservadores e centristas) aos quais se encontra ligado, em princípio, pelas suas opções políticas.

Com efeito, optando por não formar um governo com os conservadores, Ullsten marcou nitidamente a sua preferência por uma abertura à esquerda, afirmando pretender pôr fim a uma polarização da política interna sueca.

O novo primeiro-ministro apresentará, no início da próxima semana, a composição do seu gabinete, que compreenderá, além de membros do Partido Liberal, um certo número de personalidades independentes. — (FP)

Relações luso-angolanas num impasse-revelou Paulo Jorge

LISBOA 11 — A não constituição da comissão mista luso-angolana prevista nos acordos de Bissau impediu que se tivessem dado, posteriormente, passos concretos no desenvolvimento das relações de cooperação entre Angola e Portugal, declarou o ministro das Relações do Exterior de Angola, Paulo Jorge, numa entrevista à agência de notícias portuguesa «Anop», que foi publicada na quarta-feira. Paulo Jorge, vindo de Nova York, onde participou na Assembleia Geral das Nações Unidas, esteve no início desta semana em Lisboa.

«As relações entre a República Popular de Angola e Portugal nunca foram lineares», prosseguiu o ministro. Após a cerimónia de Bissau, pensamos que estavam estabelecidas as bases do desenvolvimento das relações harmoniosas entre Angola e Portugal com vantagens recíprocas para ambas as partes. A crise política não permitiu que fossem designados os membros

da comissão mista prevista nos acordos de Bissau.

Segundo a «Anop», Paulo Jorge afirmou que só depois da constituição da comissão mista luso-angolana

mento de base para uma efectiva ajuda mútua.

Realizaram-se já reuniões de representantes de ministérios dos Transportes e Comunicações dos cinco paí-



se poderá anunciar exactamente os problemas existentes entre os dois países.

Paulo Jorge informou que os governos das cinco antigas colónias portuguesas em África têm estado a prever reuniões destinadas a estimular a troca de experiências e do estabeleci-

mentos, estando em preparação outros encontros.

Paulo Jorge teve, em Lisboa, encontros com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Correia Gago, e com o major Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução. — (ADN)

TEERÃO — A Frente Nacional, principal partido da oposição no Irão, convocou a população de Teerão para uma greve geral na próxima segunda-feira. Esta data coincide com a véspera do 40.º dia de luto em memória das vitórias das vítimas de «sexta-feira negra» (8 de Setembro) caídos sob as balas dos soldados do Xá.

Ao mesmo tempo, a agência «Pars» anunciou, na quinta-feira passada a libertação de 134 opositores presos no decorrer dos oito últimos dias.

...E NA GUATEMALA

MÉXICO — Uma greve geral dos trabalhadores de Função Pública, causada pelo aumento dos preços dos transportes urbanos, paralisou a Guatemala e reverteu de novas demissões. Os grevistas agora exigem a libertação de todos os presos dos últimos dias, bem como a libertação de todos os prisioneiros políticos no país, a indemnização dos funcionários e o fim das represálias da polícia da capital. Nos dois últimos dias de descontentamento e a indignação espalharam-se por todo o país.

Por outro lado, até aqui, 25 pessoas perderam a vida nas confrontações.

REFUGIADOS ANGOLANOS REGRESSAM A SUA PATRIA

LUSAKA 12 — O repatriamento de mais de 13 mil refugiados angolanos na Zâmbia começou sob a égide das Nações Unidas e com ajuda daqueles dois países. 620 refugiados já deixaram a Zâmbia indicou o Alto Comissário das Nações Unidas na Zâmbia, que ainda não sabe quando é que a operação terminará.

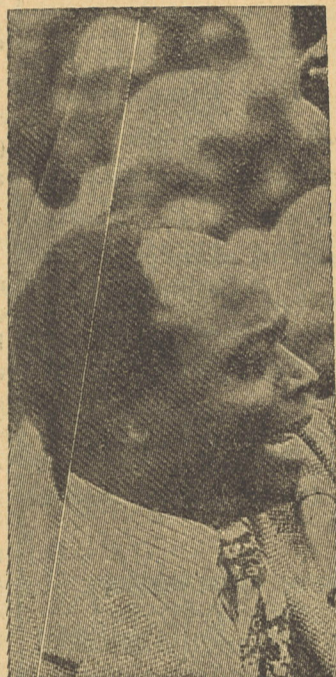
Entretanto, a comissão executiva da Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) decidiu na quarta-feira, participar nos programas da ONU de ajuda a favor dos refugiados na Zâmbia e nos países de Corno de África, concedendo uma soma de 4700 milhões de dólares.

A soma destinada à Zâmbia eleva-se a 134 milhões de unidades de conta, e servirá para financiar o repatriamento dos refugiados angolanos instalados na Zâmbia e a construção de uma escola para as crianças dos refugiados no Zimbábue.

O resto da soma servirá para cobrir uma parte das despesas respeitantes à estadia dos refugiados do Corno de África no Djibuti, na Etiópia e na Somália. (FP)

Quênia

Arap Moi será empossado hoje na chefia do Estado



Arap Moi, Presidente
Mwai Kibaki — Vice-Presidente

NAIROBI — Tal como se esperava, Daniel Arap Moi foi declarado presidente do Quênia, tomando hoje posse. Moi, que sucedeu a Jomo Kenyatta, falecido há seis

semanas, e no governo do qual desempenhou durante 14 anos, as funções de vice-presidente, foi declarado presidente pelo Supervisor de Eleições, Norman Mont-

gomery, depois de mais nenhum candidato se ter apresentado.

Na passada sexta-feira, Moi fôra eleito presidente da União Nacional Africana do Quênia, único partido no país.

Num breve discurso, depois de ser declarado presidente, Arap Moi prometeu servir «leal e fielmente e fazer todos os possíveis para garantir que pequenos e grandes gozem de paz e felicidade».

Entretanto, Mwai Kibaki, foi designado vice-presidente e ministro de Finanças do Quênia, anunciou numa conferência de imprensa, o presidente da República, Daniel Arap Moi.

Ao anunciar a remodelação parcial do gabinete o presidente acrescentou que não tinha intenções de mudar radicalmente a composição do governo e do aparelho do Estado antes das eleições gerais previstas para o próximo ano.

Nova convenção da CEE/ACP será assinada no próximo ano

PARIS, 13 — A nova convenção que liga a CEE aos países da ACP (Africa, Caraíbas e Pacífico) deverá ser assinada no próximo ano em Kartum, e substituirá a de Lomé (1975). O presidente sudanês Gaafar Nimeiry, de passagem por Bruxelas, propôs a assinatura do acordo em Kartum, sublinhando que o Sudão está situado entre o mundo árabe e o mundo africano, e exerce actualmente a presidência da OUA.

Esta ideia parece ter surtido efeito. Claudio Cheysson, comissário europeu encarregado do Desenvolvimento e da Cooperação definiu dois grandes problemas que deverão constar nesta convenção segundo os desejos da comissão europeia: encorajamento aos investimentos privados em Africa e ajuda à industrialização.

«Estou espantado pela quebra do investimento a longo prazo» sublinhou Cheysson, que indicou, que, por exemplo, no sector mi-

neiro, nada foi feito excepto na extracção de urânio.

Ele explicou esta quebra de investimentos pela existência de receios que a sua segurança não seria assegurada a longo prazo, e preconizou a sua cobertura através de garantias de riscos não comerciais. Preconizou também uma ajuda à industrialização, assegurando aos países do terceiro mundo mercados para as suas exportações logo que estes se sintam encorajados a industrializar um dado sector.

A este respeito, Cheysson estimou ser necessário um plano entre a comissão, os operadores e os sindicatos para fixar os objectivos prioritários. Criticou a política de encorajamento aos africanos na construção de fábricas de açúcar, quando o mercado mundial está mais do que saturado: a produção é de 80 milhões de toneladas enquanto o mercado só absorve 15 milhões. (FP)

RELAÇÕES TANZANIA-UGANDA

DAR-ES-SALAM, 13 — O presidente Julius Nyerere desmentiu, anteontem à tarde, que as tropas tanzanianas tenham penetrado no território ugandês, como afirmou o presidente Idi Amin, e criticou a BBC britânica por transmitir esta notícia.

O presidente tanzaniano afirmou que a BBC utiliza o presidente Idi Amin numa tentativa de destabilizar os dirigentes sérios da luta pela libertação, nomeadamente na Africa Austral.

«As informações segundo as quais uma brigada tanzaniana penetrara quinze quilómetros no território ugandês são mentiras espalhadas por Amin» — afirmou o presidente Nyerere. Há uns quinze dias, acrescentou, muitas rádios do mundo falavam do estado de agitação interna no Uganda, enquanto a BBC suprimia estas notícias. (FP)

A FIDM DENUNCIA ISRAEL

BERLIM 13 — A Federação Democrática Internacional das Mulheres (FIDM) protesta contra o tratamento desumano infligido às mulheres árabes detidas nas prisões israelitas pelas suas conversações patrióticas.

Nesta declaração, a federação exprime uma profunda inquietação pelo estado de saúde de muitas prisioneiras encarceradas por terem lutado contra o regime de ocupação israelita.

A federação solidariza-se com o povo palestiano na sua luta pelo exercício dos seus direitos nacionais legítimos. (FP)

INTERNACIONAL SOCIALISTA: SIM A SWAPO, NÃO A OLP

VANCOUVER, 13 — A Organização de Libertação da Palestina (O.L.P.) não será convidada a participar, na qualidade de observador, no próximo Congresso da Internacional Socialista, que terá lugar em Vancouver, Canadá, de 2 a 5 de Novembro, declarou na passada quinta-feira, Robin Sears, Secretário do novo Partido Democrático do Canadá (NPD — Social Democrata) que organiza este congresso.

Seminário Sindical

(Continuação pág. 2)

na eliminação das sequelas do colonialismo.

Frisou seguidamente que as perspectivas da FSM para o fortalecimento da U.N.T.G. são positivas. «Deixo aqui — prosseguiu Carlos de Angelli — a expressão de amizade que vai para além da FSM. A expressão da amizade que o povo da Guiné-Bissau chama de «mandjuandade».

A cerimónia de encerramento culminaria com a intervenção do Comissário da Justiça, camarada Fidélis Cabral de Almada, que frisou que o Partido tem seguido com muita atenção o decorrer do seminário, que funcionou como uma verdadeira escola de formação política e económica dos nossos quadros sindicais, facto importante na consciencialização dos trabalhadores para assinarem o seu papel de vanguarda.

«Para a reconstrução de um país é preciso uma transformação dos instrumentos de produção e da consciência das massas trabalhadoras», sublinhou este dirigente.

O camarada Fidélis Cabral de Almada agradeceu em nome do nosso Partido, à FSM e ao orientador do seminário, que recebeu igualmente um presente dos seminaristas.

A Frente Polisário acusa a Mauritânia de iludir os esforços de paz

PARIS 12 — Enquanto está prevista uma reunião do Comité da OUA sobre o Sahará Ocidental, Hakim Ibrahim, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe Saharaui, lançou, anteontem, um aviso à Mauritânia, acusando-a de desviar-se da dinâmica de paz.

O comité, que se reunirá depois do regresso, da Europa Ocidental, do presidente Nimeiry que preside actualmente à OUA, inclui representantes do Sudão, Costa-do-Marfim, Libéria e a Tanzânia.

Numa conferência de imprensa em Paris, Ibrahim afirmou que os contactos

entre as delegações governamentais saharoui e Mauritâniana, de 9 a 14 de Setembro último, mostraram que os dirigentes de Nouakchot pretendem manter a situação actual. Referiu que se tinha avistado, em Nova Iorque, com o ministro Mauritâniano dos Negócios Estrangeiros, e afirmou que «o governo mauritâniano quer sair da guerra sem fazer a paz».

O ministro saharoui foi vago sobre uma eventual retomada de combate da parte da Frente Polisário, que decidiu, em Julho último, um cessar-fogo unilateral e temporário na Mau-

ritânia, sublinhando que esta decisão deve ser tomada pelo governo da RASD.

No decorrer da conferência de imprensa, o ministro Saharaoui dos Negócios Estrangeiros disse que foram levados a constatar, «com surpresa e profunda mágoa, através da posição do governo de Nouakchot, que o desejo de paz manifestado pelos novos dirigentes da Mauritânia em 10 de Julho último, data do golpe de Estado, «esconde outras intenções e pensamentos ocultos. «É por isso, que chamamos atenção dos dirigentes mauritânianos para a gravidade de uma tal ati-

tude, que constitui, no fundo, uma fuga senão uma recusa à dinâmica de paz». Mas, acrescentou o ministro, «juramos perante o povo saharoui e mauritâniano, e perante a opinião árabe africana e internacional, que assumiremos as responsabilidades históricas. O erro fatal do antigo regime mauritâniano, foi o de ter lançado a Mauritânia numa aventura sem saída».

Interrogado sobre a atitude das autoridades de Paris, o ministro saharoui disse que ela poderá causar uma mudança na dinâmica de paz existente na região.

Namíbia

Nações ocidentais pressionam Vorster

OTTAWA — Os cinco ministros dos Negócios Estrangeiros das Nações Ocidentais do Conselho de Segurança da ONU procurarão, na próxima semana, convencer o regime racista sul-africano a aceitar uma solução internacionalmente negociada para a Namíbia, baseada no relatório de Kurt Waldheim.

Entretanto, o racista rode-

siano Ian Smith declarou anteontem em Washington, perante a comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado, que estava pronto a aceitar eleições na Rodésia, sob controlo razoável por parte dos E. U. A. das Nações Unidas ou de qualquer outra organização internacional apropriada, no início do próximo ano. Smith está igualmente pron-

to a participar numa conferência reunindo todas as partes implicadas no conflito rodésiano. Esta conferência, proposta pelos Estados Unidos, não foi no entanto aceite, até agora, por nenhuma das forças nacionalistas.

Mas, voltando à Namíbia, o ministro canadiano dos Negócios Estrangeiros, membro da delegação ocidental,

declarou que os «cinco» não proporão grandes modificações ao plano do secretário-geral da ONU. Estão prontos a apresentar, no entanto, propostas sobre os 75 mil capacetes azuis e os 360 polícias encarregados pela ONU de supervisionar o cessar-fogo e as eleições na Namíbia.

Sobre as eleições, anunciadas unilateralmente para Dezembro próximo pela Africa do Sul, o ministro canadiano considerou que esta data «não daria oportunidade a todos os partidos de fazerem campanha livre e democrática».